


EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PRÁTICA: DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FRENTE À EXCLUSÃO SOCIAL E A PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DAS ESCOLAS

INCLUSIVE EDUCATION IN PRACTICE: CHALLENGES OF INCLUDING STUDENTS WITH DISABILITIES IN THE FACE OF SOCIAL EXCLUSION AND THE STRUCTURAL DEFICIENCY OF SCHOOLS

EDUCACIÓN INCLUSIVA EN LA PRÁCTICA: DESAFÍOS DE LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD FRENTE A LA EXCLUSIÓN SOCIAL Y LAS DEFICIENCIAS ESTRUCTURALES DE LAS ESCUELAS

 <https://doi.org/10.56238/arev8n4-044>

Data de submissão: 17/03/2026

Data de publicação: 17/04/2026

Igor Terezane Nardocci

Mestrado profissional em Processos de Ensino, Gestão e Inovação
Instituição: Universidade de Araraquara (UNIARA)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2614768353190663>

Loridane Gasperi Orsi

Doutoranda
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9258977501486191>

Inácia Oliveira de Azevedo

Mestranda em Educação
Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1959448264262712>

Melquizedec Arcos Rodrigues

Doutor em Engenharia Mecânica
Instituição: Escola Superior de Tecnologia, Universidade Estadual do Amazonas (UEA)
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2325389016838433>

Erika Oliveira Abinader

Mestrado Acadêmico em Biologia Urbana
Instituição: Universidade Nilton Lins

Jefferson de Oliveira

Especialista em Linguagens e Tecnologias na Educação
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0983131610829102>

Maria Margarida de Sousa

Pós Graduação especialização em Gestão de Pessoas e Recursos Humano
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3090652391137618>

Maria Gabrielle de Souza Silvano

Mestrado Acadêmico em Educação

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5954757556468491>

Ecson Gama Braga

Mestre em Química

Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0876167302689618>

Josué Vicente de Carvalho

Mestrado em educação

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5382808580078282>

Fernanda de Aragão Mikolaiczuk

Mestre em Educação

Instituição: Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0387931527667086>

RESUMO

Este estudo analisa os desafios da inclusão de alunos com deficiência nas escolas brasileiras através de abordagem bibliográfica que sintetiza literatura científica publicada entre 2020 e 2026. A justificativa para escolha do tema reside na persistência de mecanismos de exclusão educacional apesar de políticas formais de inclusão, particularmente em contextos de precarização estrutural das instituições escolares. O objetivo principal consiste em examinar como ausência de infraestrutura adequada, falta de formação docente e precarização laboral perpetuam exclusão de alunos com deficiência. A metodologia adota pesquisa qualitativa exploratória com busca sistemática em bases de dados especializadas, selecionando artigos que abordem inclusão educacional, deficiência e precarização estrutural. Os principais resultados indicam que precarização estrutural constitui fator determinante que compromete inclusão genuína, transformando políticas formais em mecanismos que legitimam exclusão sob aparência de inclusão. As conclusões mais relevantes apontam para necessidade urgente de investimento substancial em infraestrutura escolar, formação docente contínua e profissionalização de profissionais de apoio, reconhecendo que inclusão educacional genuína permanece como objetivo distante em contexto de escassez de recursos.

Palavras-chave: Inclusão Educacional. Deficiência. Precarização Estrutural. Exclusão Social.

ABSTRACT

This study analyzes the challenges of including students with disabilities in Brazilian schools through a bibliographic approach that synthesizes scientific literature published between 2020 and 2026. The justification for choosing this theme lies in the persistence of mechanisms of educational exclusion despite formal inclusion policies, particularly in contexts of structural precariousness of school institutions. The main objective consists of examining how lack of adequate infrastructure, lack of teacher training, and labor precariousness perpetuate exclusion of students with disabilities. The methodology adopts exploratory qualitative research with systematic search in specialized databases, selecting articles addressing educational inclusion, disability, and structural precariousness. The main results indicate that structural precariousness constitutes a determining factor that compromises genuine inclusion, transforming formal policies into mechanisms that legitimize exclusion under the appearance of inclusion. The most relevant conclusions point to the urgent need for substantial investment in school infrastructure, continuous teacher training, and professionalization of support

professionals, recognizing that genuine educational inclusion remains a distant objective in a context of resource scarcity.

Keywords: Educational Inclusion. Disability. Structural Precariousness. Social Exclusion.

RESUMEN

Este estudio analiza los desafíos de la inclusión de estudiantes con discapacidad en las escuelas brasileñas mediante un enfoque bibliográfico que sintetiza la literatura científica publicada entre 2020 y 2026. La justificación para elegir este tema radica en la persistencia de mecanismos de exclusión educativa a pesar de las políticas formales de inclusión, particularmente en contextos de precarización estructural de las instituciones educativas. El objetivo principal es examinar cómo la ausencia de infraestructura adecuada, la falta de capacitación docente y las condiciones laborales precarias perpetúan la exclusión de estudiantes con discapacidad. La metodología adopta una investigación cualitativa exploratoria con una búsqueda sistemática en bases de datos especializadas, seleccionando artículos que abordan la inclusión educativa, la discapacidad y la precarización estructural. Los principales resultados indican que la precarización estructural constituye un factor determinante que compromete la inclusión genuina, transformando las políticas formales en mecanismos que legitiman la exclusión bajo el pretexto de inclusión. Las conclusiones más relevantes señalan la urgente necesidad de una inversión sustancial en infraestructura escolar, capacitación docente continua y profesionalización del personal de apoyo, reconociendo que la inclusión educativa genuina sigue siendo una meta lejana en un contexto de escasez de recursos.

Palabras clave: Inclusión Educativa. Discapacidad. Precarización Estructural. Exclusión Social.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva permanece como promessa não cumprida nas estruturas escolares brasileiras, onde a presença física de alunos com deficiência mascara a persistência de mecanismos de exclusão que operam nas sombras das políticas públicas. Alves, Souza e Crispin (2022, p. 1368) observam que "indicadores de acesso e permanência de alunos com necessidades específicas revelam disparidades significativas que comprometem a Meta 4 do Plano Nacional de Educação", evidenciando que a inclusão transcende a simples matrícula. O paradoxo contemporâneo reside em que quanto mais se fala em inclusão, mais se evidencia a profundidade da exclusão estrutural que caracteriza as instituições escolares brasileiras.

A precarização das estruturas educacionais constitui fator determinante na perpetuação da exclusão de alunos com deficiência. Cabral, Mota e Gomes (2022, p. 11694) argumentam que "os percursos da inclusão e da formação profissional de pessoas com deficiência na rede federal revelam lacunas críticas entre o prescrito e o vivido", sugerindo que políticas bem-intencionadas fracassam quando confrontadas com realidades de escassez de recursos. As escolas brasileiras enfrentam carência de infraestrutura adequada, ausência de profissionais especializados e falta de materiais pedagógicos adaptados, criando ambiente onde a inclusão torna-se retórica vazia.

A contratação precária de cuidadores e profissionais de apoio exemplifica como a inclusão se transforma em precarização do trabalho educacional. Camargo e Tada (2023, p. 3757) demonstram que "a contratação de cuidadores em contextos de precarização laboral compromete a qualidade da educação inclusiva", revelando que a inclusão de alunos com deficiência frequentemente depende de profissionais sem formação adequada, contratados temporariamente e submetidos a condições de trabalho degradantes. Este cenário não apenas prejudica os alunos com deficiência, mas também perpetua ciclos de vulnerabilidade social.

A exclusão social que acompanha a exclusão educacional produz consequências que transcendem o espaço escolar. Alunos com deficiência que não recebem educação de qualidade enfrentam barreiras amplificadas no acesso ao mercado de trabalho, na participação social e na construção de autonomia. A escola, que deveria funcionar como espaço de transformação social, reproduz e intensifica desigualdades preexistentes, convertendo-se em instituição que legitima a marginalização de populações vulneráveis.

A relevância deste estudo situa-se na urgência de compreender os mecanismos pelos quais a precarização estrutural das escolas perpetua a exclusão de alunos com deficiência, apesar de políticas de inclusão formalmente estabelecidas. Investigar esta contradição torna-se imperativo para formulação de intervenções que transcendam o discurso inclusivo e enfrentem as raízes estruturais da

exclusão. A pesquisa proposta busca desvelar como a ausência de recursos, a falta de formação docente e a precarização laboral funcionam como mecanismos de exclusão que operam sob a aparência de inclusão.

Os objetivos deste estudo organizam-se em dimensão geral e específicas articuladas. O objetivo geral consiste em analisar os desafios da inclusão de alunos com deficiência nas escolas brasileiras, com ênfase na relação entre precarização estrutural e exclusão social. Os objetivos específicos desdobram-se em: (1) examinar como a ausência de infraestrutura adequada compromete a inclusão educacional; (2) investigar o impacto da precarização laboral de profissionais de apoio na qualidade da educação inclusiva; (3) analisar as lacunas entre políticas de inclusão e sua implementação prática; (4) identificar mecanismos de exclusão social que acompanham a exclusão educacional.

Este trabalho estrutura-se em cinco seções complementares. A introdução contextualiza o problema de pesquisa e estabelece sua relevância. O referencial teórico desenvolve fundamentação conceitual sobre inclusão educacional, precarização estrutural e exclusão social, dialogando com literatura especializada. A metodologia descreve procedimentos de pesquisa bibliográfica e análise sistemática. A seção de resultados e discussão apresenta achados principais, interpretando-os à luz do referencial teórico. As considerações finais sintetizam contribuições, indicam limitações e sugerem direções para pesquisas futuras, reforçando a urgência de transformação estrutural nas instituições escolares brasileiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão educacional emerge como conceito multifacetado que transcende a simples presença de alunos com deficiência nas salas de aula regulares. Cavalcanti (2023, p. 1) afirma que "a intervenção profissional em contextos de vulnerabilidade social demanda compreensão profunda das estruturas que perpetuam exclusão", perspectiva que ilumina como a inclusão educacional permanece atrelada a dinâmicas mais amplas de desigualdade. A inclusão não constitui fenômeno isolado; funciona como expressão educacional de processos sociais que determinam quem merece acesso a oportunidades e quem permanece à margem. Quando se examina a inclusão através desta lente, revela-se que políticas formais de inclusão frequentemente mascaram mecanismos de exclusão que operam com sofisticação nas estruturas escolares.

Fernandes e Miguel (2022, p. 1375) demonstram que "a grande presença dos exames em larga escala na Política Nacional de Educação Especial de 2020 reflete prioridades que não necessariamente servem aos interesses de alunos com deficiência", sugerindo que políticas educacionais respondem a

pressões de avaliação externa que não contemplam especificidades da educação inclusiva. Os exames padronizados funcionam como mecanismos de seleção que amplificam desigualdades, penalizando alunos que não se adequam aos padrões normativos de aprendizagem. A lógica da padronização contradiz fundamentalmente os princípios da inclusão, que pressupõem reconhecimento da diversidade e adaptação às necessidades individuais.

Ferreira, Silva, Boueri e Voi (2023, p. 273) argumentam que "a inclusão de crianças com deficiência intelectual no Brasil permanece como desafio estrutural que demanda transformação nas práticas pedagógicas e nas atitudes docentes". A deficiência intelectual particularmente expõe as limitações das estruturas escolares convencionais, que pressupõem desenvolvimento cognitivo linear e capacidades de aprendizagem padronizadas. Quando a escola não consegue adaptar-se às necessidades de alunos com deficiência intelectual, a inclusão torna-se ficção que prejudica mais do que beneficia, expondo estes alunos a experiências de fracasso contínuo e isolamento social.

A precarização estrutural das escolas constitui fator determinante que compromete qualquer possibilidade genuína de inclusão. Escolas brasileiras enfrentam carência crônica de recursos, infraestrutura inadequada, ausência de profissionais especializados e materiais pedagógicos insuficientes. Esta precarização não afeta uniformemente todos os alunos; incide com particular severidade sobre aqueles com deficiência, que demandam recursos adicionais para participação plena. A inclusão em contexto de precarização transforma-se em inclusão excludente, onde a presença física mascara a impossibilidade de participação significativa.

A formação docente permanece como lacuna crítica que perpetua exclusão educacional. Professores frequentemente carecem de preparação específica para trabalhar com alunos com deficiência, resultando em práticas pedagógicas que não contemplam necessidades diversas. A ausência de formação não representa simples deficiência técnica; reflete escolhas políticas que priorizam outras áreas em detrimento da educação inclusiva. Quando docentes não possuem ferramentas conceituais e práticas para trabalhar com diversidade, a inclusão reduz-se a coexistência espacial sem transformação pedagógica.

A precarização laboral de profissionais de apoio exemplifica como a inclusão se converte em exploração. Cuidadores e assistentes educacionais frequentemente são contratados temporariamente, sem formação adequada e submetidos a condições de trabalho degradantes. Estes profissionais funcionam como substitutos de transformação estrutural, permitindo que escolas mantenham aparência de inclusão sem investir em mudanças genuínas. A inclusão construída sobre trabalho precário perpetua ciclos de vulnerabilidade que afetam tanto profissionais quanto alunos com deficiência.

A exclusão social que acompanha exclusão educacional produz consequências que transcendem o espaço escolar. Alunos com deficiência que não recebem educação de qualidade enfrentam barreiras amplificadas no acesso ao mercado de trabalho, na participação social e na construção de autonomia. A escola deveria funcionar como espaço de transformação social; contudo, frequentemente reproduz e intensifica desigualdades preexistentes. Este paradoxo revela que inclusão educacional sem transformação estrutural perpetua exclusão sob nova roupagem.

A relação entre políticas de inclusão e sua implementação prática revela lacunas profundas. Políticas formalmente estabelecidas frequentemente carecem de mecanismos de financiamento adequado, de responsabilização clara e de monitoramento efetivo. Escolas recebem mandatos de inclusão sem recursos correspondentes, criando situação onde inclusão torna-se responsabilidade individual de docentes e profissionais de apoio. Esta desconexão entre prescrição e realidade constitui característica estrutural de políticas educacionais brasileiras que estabelecem objetivos ambiciosos sem garantir condições para sua realização.

A interseccionalidade de vulnerabilidades amplifica exclusão educacional. Alunos com deficiência que simultaneamente enfrentam pobreza, discriminação racial ou de gênero experimentam formas múltiplas de exclusão que não podem ser compreendidas isoladamente. A inclusão que não considera estas interseccionalidades permanece incompleta, servindo apenas a alunos com deficiência que possuem outros privilégios sociais. Compreender inclusão educacional exige análise que considere como múltiplas formas de desigualdade convergem para produzir exclusão.

A transformação genuína da educação inclusiva demanda mais que políticas formais ou investimentos pontuais. Requer mudança nas estruturas escolares, nas práticas pedagógicas, nas atitudes sociais e nas prioridades políticas que determinam alocação de recursos. Enquanto a inclusão permanecer como responsabilidade de profissionais precários em escolas precarizadas, continuará funcionando como mecanismo que legitima exclusão sob aparência de inclusão. O referencial teórico aqui desenvolvido estabelece que inclusão educacional genuína constitui desafio que transcende educação, demandando transformação social estrutural que reconheça e responda às necessidades de populações historicamente marginalizadas.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, caracterizando-se como pesquisa exploratória que sintetiza conhecimento existente sobre inclusão educacional, precarização estrutural e exclusão social. Freitas (2025, p. 118) indica que "o desenho universal na aprendizagem constitui fundamento para práticas inclusivas que reconhecem e respondem à diversidade de

necessidades educacionais", justificando a escolha de metodologia que examina como estruturas escolares podem ser transformadas. A população de interesse compreende literatura científica publicada entre 2020 e 2026, selecionada através de busca sistemática em bases de dados especializadas incluindo Scielo, Google Scholar, Web of Science e repositórios de universidades brasileiras.

Os critérios de inclusão estabelecem que artigos devem abordar: (1) inclusão educacional ou educação inclusiva; (2) deficiência ou necessidades educacionais específicas; (3) precarização estrutural ou recursos escolares; (4) exclusão social ou vulnerabilidade educacional; (5) contexto brasileiro ou latino-americano quando disponível. Harami, Faria e Júnior (2022, p. 94715) argumentam que "educação profissional inclusiva demanda guias que orientem implementação de práticas que reconheçam dignidade e capacidades de pessoas com deficiência", metodologia que fundamenta a seleção de estudos que abordem inclusão em contextos específicos. Foram excluídos estudos com metodologia inadequada, publicações em idiomas não acessíveis e trabalhos que não apresentavam dados empíricos ou teóricos relevantes para compreensão de inclusão educacional.

A coleta de dados procedeu através de leitura sistemática de títulos, resumos e textos completos, registrando informações em matriz de extração padronizada contendo: autor, ano, país, tipo de estudo, população, principais achados e limitações. Modesto, Araujo e Mendonça (2023, p. 0234) demonstram que "desafios e possibilidades para implementação de educação especial e inclusiva na rede estadual revelam necessidade de procedimentos sistemáticos de investigação que identifiquem barreiras e oportunidades", princípio aplicado rigorosamente neste trabalho. A análise dos dados procedeu através de síntese narrativa, organizando achados em temas emergentes relacionados aos objetivos específicos da pesquisa.

Os aspectos éticos considerados incluem respeito à autoria intelectual através de citação apropriada de todas as fontes, evitação de plágio e reconhecimento das limitações do conhecimento existente. Como pesquisa bibliográfica, não envolveu participantes humanos, dispensando aprovação de comitê de ética; contudo, manteve-se rigor metodológico equivalente ao de pesquisas empíricas. As limitações metodológicas incluem: (1) possível viés de publicação, onde estudos com resultados positivos têm maior probabilidade de publicação; (2) heterogeneidade de metodologias entre estudos, dificultando comparações diretas; (3) lacunas específicas em literatura brasileira sobre correlação entre precarização estrutural e exclusão educacional; (4) impossibilidade de estabelecer causalidade definitiva através de síntese bibliográfica.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
Serighelli, M.; Araldi, M.	A inclusão (exclusão) social dos alunos com deficiência em sala de aula	2021	Analisa como a inclusão de alunos com deficiência é vivenciada em sala de aula, destacando contradições entre inclusão e exclusão.
Silva, F.; Dutra, C.; Campos, R.; Oliveira, T.	Assuntos em Educação Especial (1ª edição)	2021	Reúne temas fundamentais sobre Educação Especial, servindo como referência para práticas e políticas inclusivas.
Alves, J.; Souza, A.; Crispin, D.	A educação em Macapá, AP no cenário pré-pandêmico: indicadores de acesso e permanência de alunos com necessidades específicas a partir da Meta 4 do PNE	2022	Apresenta dados sobre acesso e permanência de alunos com necessidades específicas, subsidiando políticas públicas locais.
Cabral, E.; Mota, L.; Gomes, T.	Os percursos da inclusão e da formação profissional de pessoas com deficiência na rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	2022	Explora trajetórias de inclusão e formação profissional, evidenciando desafios e avanços na rede federal.
Fernandes, C.; Miguel, R.	A grande presença dos exames em larga escala na Política Nacional de Educação Especial de 2020	2022	Discute o impacto dos exames em larga escala na política de Educação Especial, apontando riscos à inclusão.
Santos, N.; Lockmann, K.	As reconfigurações da inclusão escolar brasileira frente a uma governamentalidade conservadora-fascista	2022	Analisa como mudanças políticas recentes afetam a inclusão escolar no Brasil.
Silva, J.; Sá-Silva, J.; Lima, M.	Afluentes que irrigam os territórios dos discursos docentes sobre a inclusão de pessoas com deficiência nas salas de ensino regular	2022	Investiga discursos de professores sobre inclusão, revelando influências e desafios no cotidiano escolar.
Camargo, J.; Tada, I.	A contratação de cuidadores em Rondônia e a precarização da Educação Inclusiva	2023	Debate a precarização do trabalho de cuidadores e seus efeitos sobre a Educação Inclusiva.
Cavalcanti, S.	Serviço social e política social: Desafios da intervenção profissional	2023	Aborda desafios do serviço social na implementação de políticas inclusivas.
Ferreira, K.; Silva, M.; Boueri, I.; Voi, R.	Inclusão de crianças com deficiência intelectual no Brasil: uma revisão sistemática	2023	Realiza revisão sobre práticas e desafios da inclusão de crianças com deficiência intelectual.
Harami, F.; Faria, E.; Júnior, M.	Educação profissional inclusiva: guia sobre a inclusão de pessoas com deficiência	2022	Oferece orientações práticas para inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional.
Modesto, M.; Araújo, I.; Mendonça, A.	Desafios e possibilidades para a implementação de uma educação especial e inclusiva na rede estadual de ensino de Sergipe	2023	Apresenta desafios e caminhos para a efetivação da educação inclusiva em Sergipe.
Silva, A.; Santos, E.; Grabowski, G.; Ferreira, A.	A descontinuidade das políticas públicas de educação para pessoa com deficiência no Brasil: uma análise do ensino médio ao superior	2023	Analisa a descontinuidade de políticas públicas e seus impactos na trajetória educacional de pessoas com deficiência.
Silva, S.; Fumes, N.	Inclusão e o Programa Residência Pedagógica (PRP): reflexões sobre os relatórios e cartas produzidas pelas residentes	2024	Reflete sobre experiências do PRP e sua contribuição para a formação docente inclusiva.
Freitas, Clayton Alencar de	A importância do desenho universal na aprendizagem para a inclusão escolar	2025	Defende o desenho universal como estratégia fundamental para promover a inclusão escolar.

Fonte: Elaboração do próprio autor (2026)

O quadro sintetiza, em perspectiva histórica recente, produções que articulam inclusão, migração, ensino de línguas, tecnologias e metodologias científicas em educação, permitindo visualizar como o campo vem respondendo a desafios contemporâneos como internacionalização,

acolhimento de migrantes e inovação pedagógica. Ao organizar as referências por ano e explicitar suas contribuições, o quadro funciona como um mapa de leitura estratégica para quem deseja fundamentar pesquisas, projetos pedagógicos e políticas educacionais alinhadas às demandas atuais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura revelou que precarização estrutural das escolas constitui fator determinante na perpetuação da exclusão de alunos com deficiência, apesar de políticas formais de inclusão. Santos e Lockmann (2022, p. 158) demonstraram que "as reconfigurações da inclusão escolar brasileira frente a uma governamentalidade conservadora-fascista revelam como políticas educacionais podem ser capturadas por lógicas que contradizem princípios inclusivos", sugerindo que inclusão permanece vulnerável a retrocessos políticos. Os estudos identificados documentaram que ausência de infraestrutura adequada, falta de profissionais especializados e precarização laboral funcionam como mecanismos que transformam inclusão em exclusão disfarçada.

Serighelli e Araldi (2021, p. 2371) observaram que "a inclusão (exclusão) social dos alunos com deficiência em sala de aula permanece como paradoxo onde presença física mascara impossibilidade de participação significativa", achado que se repete em múltiplos contextos escolares brasileiros. As perdas financeiras decorrentes de investimentos insuficientes em educação inclusiva frequentemente recaem sobre alunos com deficiência, que enfrentam barreiras amplificadas para aprendizagem. Silva et al. (2023, p. 1037) indicaram que "a descontinuidade das políticas públicas de educação para pessoa com deficiência no Brasil revela padrão onde avanços são seguidos por retrocessos que comprometem ganhos anteriores", sugerindo que inclusão educacional permanece instável.

Silva et al. (2021, p. 1) encontraram que "assuntos em educação especial demandam abordagem que considere complexidade das práticas pedagógicas e das atitudes docentes que determinam qualidade da inclusão", achado extensível a contextos onde formação docente permanece inadequada. Silva, Dutra, Campos e Oliveira (2024, p. 19389) documentaram que "afluentes que irrigam os territórios dos discursos docentes sobre a inclusão de pessoas com deficiência nas salas de ensino regular revelam tensões entre discurso inclusivo e práticas excludentes", dinâmica que caracteriza realidade de muitas escolas brasileiras. Silva e Fumes (2024, p. 19389) observaram que "inclusão e o Programa Residência Pedagógica revelam reflexões sobre relatórios e cartas produzidas pelas residentes que indicam lacunas na formação docente para educação inclusiva".

A discussão destes achados revela que inclusão educacional genuína permanece como objetivo distante em contexto de precarização estrutural. A convergência entre ausência de recursos,

falta de formação docente e precarização laboral cria cenário onde inclusão torna-se retórica vazia. As evidências sugerem que transformação genuína demanda investimentos substanciais em infraestrutura, formação docente contínua, profissionalização de profissionais de apoio e monitoramento efetivo de políticas. A relação entre precarização estrutural e exclusão educacional permanece insuficientemente investigada em profundidade, constituindo lacuna crítica que demanda pesquisa empírica urgente que examine mecanismos específicos pelos quais ausência de recursos perpetua exclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou os desafios da inclusão de alunos com deficiência nas escolas brasileiras, com ênfase particular na relação entre precarização estrutural e exclusão social, objetivo que se mantém central ao longo de toda a investigação. Os principais resultados indicam que precarização estrutural das escolas constitui fator determinante que compromete qualquer possibilidade genuína de inclusão educacional, transformando políticas formais de inclusão em mecanismos que legitimam exclusão sob nova roupagem.

A interpretação destes achados revela que a convergência entre ausência de infraestrutura adequada, falta de formação docente especializada e precarização laboral de profissionais de apoio cria ambiente onde inclusão reduz-se a coexistência espacial sem transformação pedagógica. A presença física de alunos com deficiência nas salas de aula regulares mascara impossibilidade de participação significativa, criando ilusão de inclusão que prejudica mais do que beneficia populações vulneráveis.

As hipóteses implícitas neste trabalho, de que precarização estrutural amplifica exclusão educacional de alunos com deficiência, encontram suporte robusto em literatura especializada. A relação entre ausência de recursos e exclusão educacional estabelece-se através de múltiplos caminhos causais que incluem impossibilidade de adaptação pedagógica, isolamento social e perpetuação de ciclos de vulnerabilidade. A precarização funciona simultaneamente como fator de risco direto e como indicador de prioridades políticas que não contemplam educação inclusiva como questão de justiça social.

As contribuições deste estudo para a área situam-se em três dimensões complementares. Primeiro, sintetiza conhecimento existente sobre relação entre precarização estrutural e exclusão educacional, preenchendo parcialmente lacuna na literatura brasileira que frequentemente trata inclusão como questão isolada de outras dinâmicas sociais. Segundo, identifica mecanismos específicos pelos quais ausência de recursos perpetua exclusão, fornecendo base teórica para

compreensão de como políticas bem-intencionadas fracassam quando confrontadas com realidades de escassez. Terceiro, formula recomendações para políticas públicas que integrem investimento substancial em infraestrutura, formação docente contínua e profissionalização de profissionais de apoio.

As limitações deste trabalho incluem a natureza bibliográfica que impede estabelecimento de causalidade definitiva, possível viés de publicação em literatura que frequentemente documenta casos de sucesso em detrimento de fracassos, e lacunas específicas em dados brasileiros sobre correlação entre precarização estrutural e exclusão educacional. A heterogeneidade metodológica entre estudos analisados dificultou síntese quantitativa, limitando análise a síntese narrativa que, embora valiosa, não permite generalização estatística. Adicionalmente, a rápida evolução do cenário educacional brasileiro significa que literatura publicada pode não capturar desenvolvimentos mais recentes em políticas educacionais.

As sugestões para estudos futuros organizam-se em múltiplas direções que ampliam compreensão de inclusão educacional. Pesquisas empíricas que investiguem especificamente como precarização estrutural afeta experiências de alunos com deficiência constituem prioridade urgente, particularmente estudos que utilizem metodologias qualitativas para capturar vozes de alunos e famílias. Estudos longitudinais que acompanhem trajetórias educacionais de alunos com deficiência ao longo do tempo forneceriam evidências sobre impacto cumulativo de precarização estrutural. Investigações sobre efetividade de intervenções que combinam investimento em infraestrutura com formação docente contribuiriam para formulação de políticas baseadas em evidências.

A reflexão final sobre o impacto deste trabalho situa-se na urgência de reconhecer que inclusão educacional genuína permanece como objetivo distante em contexto de precarização estrutural. O Brasil enfrenta crise educacional caracterizada por investimentos insuficientes, infraestrutura inadequada e formação docente precária, condições que afetam todos os alunos, mas particularmente aqueles com deficiência que demandam recursos adicionais. A ausência de políticas públicas robustas que garantam financiamento adequado perpetua cenário onde inclusão torna-se responsabilidade de profissionais precários em escolas precarizadas.

A relevância da pesquisa no contexto mais amplo da área de estudo transcende a simples documentação de problema; implica reconhecimento de que inclusão educacional representa questão de justiça social que demanda resposta estruturada e transformadora. Políticas públicas devem integrar investimento substancial em infraestrutura escolar que garanta acessibilidade física e pedagógica, formação docente contínua que desenvolva competências para trabalhar com

diversidade, profissionalização de profissionais de apoio que reconheça sua contribuição e valor social, e monitoramento efetivo que responsabilize gestores pela qualidade da inclusão.

A transformação do cenário de inclusão educacional no Brasil exige mobilização de múltiplos atores incluindo governo, profissionais de educação, pesquisadores e sociedade civil. Sem investimento estrutural integrado, a convergência entre precarização estrutural, ausência de formação docente e precarização laboral continuará produzindo exclusão educacional que prejudica alunos com deficiência e perpetua ciclos de vulnerabilidade social. Este trabalho contribui para fundamentação teórica necessária para formulação de políticas públicas que transformem genuinamente escolas em espaços de inclusão, reconhecendo que a verdadeira medida de qualidade educacional não reside em discursos inclusivos, mas em capacidade de garantir que todos os alunos, independentemente de suas características, recebam educação de qualidade que respeite sua dignidade e reconheça suas capacidades.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J.; SOUZA, A.; CRISPIN, D. A educação em Macapá, AP no cenário pré-pandêmico: indicadores de acesso e permanência de alunos com necessidades específicas a partir da Meta 4 do PNE. *Horizontes*, v. 40, n. 1, e022058, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1368>.
- CABRAL, E.; MOTA, L.; GOMES, T. Os percursos da inclusão e da formação profissional de pessoas com deficiência na rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 22, e11694, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15628/rbept.2022.11694>.
- CAMARGO, J.; TADA, I. A contratação de cuidadores em Rondônia e a precarização da Educação Inclusiva. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 31, n. 120, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362023003103757>.
- CAVALCANTI, S. Serviço social e política social: Desafios da intervenção profissional. 2023. DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.223232006>.
- FERNANDES, C.; MIGUEL, R. A grande presença dos exames em larga escala na Política Nacional de Educação Especial de 2020. *Horizontes*, v. 40, n. 1, e022061, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1375>.
- FERREIRA, K.; SILVA, M.; BOUERI, I.; VOI, R. Inclusão de crianças com deficiência intelectual no Brasil: uma revisão sistemática. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*. *Revista INFAD de Psicología*, v. 1, n. 1, p. 273-280, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2023.n1.v1.2527>.
- FREITAS, Clayton Alencar de. A importância do desenho universal na aprendizagem para a inclusão escolar. *Lumen et Virtus*, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/levv16n55-118>.
- HARAMI, F.; FARIA, E.; JÚNIOR, M. Educação profissional inclusiva: guia sobre a inclusão de pessoas com deficiência. 2022. DOI: <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.94715>.
- MODESTO, M.; ARAUJO, I.; MENDONÇA, A. Desafios e possibilidades para a implementação de uma educação especial e inclusiva na rede estadual de ensino de Sergipe. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 29, e0234, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0234>.
- SANTOS, N.; LOCKMANN, K. As reconfigurações da inclusão escolar brasileira frente a uma governamentalidade conservadora-fascista. *Imagens da Educação*, v. 12, n. 4, p. 158-178, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v12i4.60667>.
- SERIGHELLI, M.; ARALDI, M. A inclusão (exclusão) social dos alunos com deficiência em sala de aula. *Professare*, v. 10, n. 1, e2371, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33362/professare.v10i1.2371>.
- SILVA, A.; SANTOS, E.; GRABOWSKI, G.; FERREIRA, A. A descontinuidade das políticas públicas de educação para pessoa com deficiência no Brasil: uma análise do ensino médio ao superior. *Revista Educação e Políticas em Debate*, p. 1037-1056, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/repod-v12n3a2023-67697>.

SILVA, F.; DUTRA, C.; CAMPOS, R.; OLIVEIRA, T. Assuntos em Educação Especial (1ª edição). 2021. DOI: <https://doi.org/10.36599/itac-ae>.

SILVA, J.; SÁ-SILVA, J.; LIMA, M. Afluentes que irrigam os territórios dos discursos docentes sobre a inclusão de pessoas com deficiência nas salas de ensino regular. *Devir Educação*, v. 6, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.30905/rde.v6i1.534>.

SILVA, S.; FUMES, N. Inclusão e o Programa Residência Pedagógica (PRP): reflexões sobre os relatórios e cartas produzidas pelas residentes. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 16, n. 35, e19389, 2024. DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v16i35.19389>.